

## Novo prazo para definir regras do Orçamento

A comissão de senadores e deputados que analisa mudanças nas regras de exame do Orçamento da União pelo Congresso ganhou mais prazo para apresentar seu trabalho. Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Severino Cavalcanti, concordaram em prorrogar os trabalhos até o dia 13 de maio – o prazo anterior era 28 de abril. O relatório do deputado Ricardo Barros deve ficar pronto hoje, quando será aberto o período de apre-

sentação de emendas.

A comissão mista, presidida pelo senador Fernando Bezerra, pode discutir também alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Ontem, seus integrantes estiveram com Renan Calheiros.



Jane Araújo

**PROVIDÊNCIAS** Na reunião com os membros da comissão mista, Renan Calheiros (D) manifestou preocupação com as obras inacabadas

Página 4

# SENADO APROVA BIODIESEL

Projeto de conversão acolhido pelos senadores incorpora várias emendas que beneficiam agricultura familiar e miniusinas situadas sobretudo nas regiões Norte e Nordeste

Moreira Mariz



**PAUTA** Mesmo com a aprovação da medida provisória do biodiesel, a ordem do dia do Senado continua bloqueada

Ao final de quase três semanas de negociações, a medida provisória que incentiva a produção e a utilização do biodiesel no país foi aprovada ontem pelo Plenário. O relator da

proposta, Edison Lobão, promoveu inúmeras reuniões. Votada a proposta do biodiesel, a pauta continua travada pela MP que trata de documentos públicos sigilosos.

Página 3

## Devedor em recuperação pode parcelar tributos

Devedores em recuperação judicial poderão parcelar impostos e contribuições que devem à União. Projeto de lei nesse sentido,

que aperfeiçoa a Lei de Falências, foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Página 5

## Comissão rejeita nome indicado para agência

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) do Senado rejeitou ontem, por 12 votos a 11, a indicação do engenheiro José Fantine para a diretoria geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Na mesma reunião, a CI aprovou a designação do engenheiro Victor de Souza Martins para a diretoria da ANP.

Página 4

## Empresas podem ter estímulo para alfabetizar funcionários

Adesão à iniciativa, conforme projeto, asseguraria preferência na obtenção de crédito em banco oficial.

Página 8

José Cruz



**BENEFÍCIOS** Presidida por Hélio Costa, Comissão de Educação decide estender incentivo para todas as empresas, e não somente para as de construção civil



**CONTRADIÇÃO** Governo afirma que apóia o setor agrícola, mas segura verbas, denuncia Sérgio Guerra

## Sérgio Guerra cobra apoio do governo à agricultura

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) cobrou medidas efetivas que permitam ao setor agrícola manter os bons resultados que vem apresentando na economia nacional. Apesar de divulgar que a agricultura é prioritária, o governo Luiz Inácio Lula da Silva, segundo ele, demonstra na prática exatamente o contrário.

– Até a defesa sanitária animal está ameaçada, pela total e completa falta de responsabilidade na política de contingenciamento e administração do Orçamento da União. O fato real é que o Brasil tem um ministro da Agricultura apoiado e um Ministério da Agricultura sem força nenhuma.

Conforme o parlamentar, não adianta o governo propagandar que apóia o setor agrícola se não lhe repassa os recursos previstos no Orçamento. Ao contrário, observou, o que se faz é contingenciar as verbas. Sérgio Guerra advertiu que a falta de ações concretas ameaça a segurança econômica do país e a sobrevivência do negócio de milhares de produtores rurais, cujas dívidas aumentam a cada ano.

# CAE discute proposta de repactuação de dívidas

**Aloizio Mercadante pede mais tempo para análise, mas promete empenho em favor da aprovação do projeto**

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou para a próxima semana a votação de projeto do senador César Borges (PFL-BA) que amplia o teto de renegociação das dívidas rurais, de R\$ 35 mil para R\$ 100 mil, e o limite autorizável para repactuação na modalidade custeio agropecuário, de R\$ 5 mil para R\$ 30 mil.

A proposição (PLS 517/03), que altera a Lei 10.696/03, sus-



**BENEFÍCIO** Assinada por César Borges, a proposta amplia o teto de renegociação para dívidas rurais

citou longo debate, ontem, na reunião do colegiado. O senador Osmar Dias (PDT-PR) cobrou a aprovação imediata da matéria, do contrário poderá faltar tempo para beneficiar os agricultores. Há sérios proble-

mas de inadimplência no setor rural, frisou o parlamentar.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) solicitou, contudo, mais tempo para debate. Em contrapartida, ele prometeu empenho pessoal para uma solução que atenda ao setor, sobretudo no Nordeste, e que seja compatível com a situação fiscal do país.

Delcídio Amaral (PT-MS) pediu vistas do projeto (PLS 103/99) que concede incentivos às pessoas jurídicas com, no mínimo, 30% de empregados de mais de 40 anos. Mão Santa (PMDB-PI), relator da matéria, afirmou que, atualmente, o desemprego é a mais temida ameaça ao trabalhador.



**FOCO** Sibá: embora evidentes, os progressos no setor agrário são deixados de lado pelos críticos

## Reforma agrária está avançando, ressalta Sibá Machado

A política de reforma agrária do governo foi defendida ontem, em Plenário, pelo senador Sibá Machado (PT-AC). Para mostrar que o setor avança, o parlamentar citou ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), como os projetos de eletrificação em assentamentos. Em parceria com o Ministério de Minas e Energia, o programa Luz para Todos (Reluz) já teria beneficiado 16.906 famílias.

– Nós, do PT, não escondemos que gostaríamos de ver essa reforma sendo realizada de maneira muito mais ampla e rápida. Mas, se o foco estiver apenas nos problemas, não veremos os avanços.

O parlamentar declarou que as ações do governo estão pautadas pelo paradigma do desenvolvimento sustentável do meio rural. Esse modelo, segundo ele, visa à “inserção não subordinada das populações locais ao mercado globalizado”.

Como integrante da CPI da Terra, Sibá tem avaliado de perto a situação fundiária do país, marcada por conflitos. Ele registrou a existência de 171 mil famílias acampadas, outros 3,1 milhões de grupos familiares sem acesso à terra e 3,4 milhões ocupando áreas de tamanho insuficiente para atividades produtivas.

Ao destacar as ações do Incra, Sibá Machado citou a implantação de 444 assentamentos em 2004 e 321 no ano anterior. Ele disse que a instituição está sendo revitalizada para atuar de forma mais eficaz. Entre as medidas adotadas recentemente, o parlamentar destacou concurso para contratação de 300 funcionários, a aprovação de novo plano de cargos e salários e implantação de programa de capacitação que teria treinado 3.612 servidores em 2004.

## Agenda

### Pauta do Plenário permanece trancada

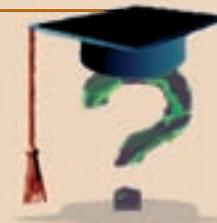
A pauta da sessão de hoje, às 14h, continua trancada por medidas provisórias (MPs). A primeira a ser analisada é o projeto de conversão

originado da MP 228/04, que fixa os prazos de sigilo para documentos oficiais secretos, entre os quais os que contenham informações

que possam comprometer a segurança da sociedade e do Estado (PLV 3/04). Constam ainda da ordem do dia outras duas MPs.

### Educação debate reforma universitária

A reforma universitária é o tema da reunião da Comissão de Educação (CE), com realização prevista para as 10h. Participam da audiência pública, entre outros, os presidentes do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Marina Barbosa Pinto; e da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), Heitor Pinto e Silva Filho.



### Idade para aposentadoria

O aumento da idade para aposentadoria compulsória e para a nomeação de magistrados é o tema do debate da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h. Entre os convidados, estão os ministros da Defesa e do Planejamento.

### Agenda do presidente

O presidente do Senado, Renan Calheiros, abre o seminário “A Reforma do Voto”, às 9h; participa da reunião da CCJ, às 10h; e, às 12h, recebe a presidente da Associação Brasileira de Agências Reguladoras de Energia, Maria Augusta Feldman.

**Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Senado aprova incentivo ao biodiesel

■ Projeto, que volta ao exame da Câmara, beneficia a agricultura familiar e miniusinas no Norte e Nordeste

Depois de quase três semanas trancando a pauta, foi aprovado na noite de ontem, no Senado, por votação simbólica, o Programa Nacional de Biodiesel. A pauta, no entanto, continua trancada, pois não houve acordo entre os líderes partidários para a votação do projeto que disciplina o acesso a documentos públicos sigilosos – PLV 3/05, que modifica a Medida Provisória 228/04.

O projeto do biodiesel – Projeto de Lei de Conversão 2/05, que alterou a Medida Provisória 227/04 – cuja admissibilidade contou com 39 votos favoráveis e 24 contrários, exigiu que o relator, Edison Lobão (PFL-MA), realizasse dezenas de reuniões com as lideranças para que a matéria pudesse ser votada. Isso se tornou necessário porque, regimentalmente, somente ele podia sugerir emendas ao PLV em Plenário.

## Contestação

Desde quando começou a tramitar, o projeto do biodiesel passou a ser contestado, em seus aspectos constitucionais, pelos líderes do PSDB e PFL, senadores Arthur Virgílio (AM) e José Agripino (RN). Na opinião dos dois senadores, além de o projeto incorporar assuntos tributários estranhos ao programa do biodiesel, também feria a Constituição ao legislar indiretamente sobre o monopólio do petróleo – matéria que não poderia ser tratada por medida provisória. O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), por sua vez, buscando desmontar o argumento principal da oposição, advertiu que a proibição constitucional faz referência ao petróleo e seus derivados, e não ao biodiesel, que é de origem vegetal.

O projeto de lei de conversão aprovado incorporou várias emendas apresentadas pelo relator-revisor, a maioria delas beneficiando a agricultura familiar e as miniusinas situadas, sobretudo, nas regiões Norte e Nordeste. Neste primeiro momento, serão incentivados principalmente os produtores de palma e mamona.

Destacada pelo relator Edison Lobão, uma das emendas



**NEGOCIAÇÃO** Renan Calheiros preside a sessão que aprovou biodiesel: pauta continua trancada por falta de acordo

aprovadas adota o conceito do registro provisório junto à Secretaria da Receita Federal, por até seis meses, para as pequenas usinas de biodiesel que vierem a se instalar em todo o país, e, em particular, nos municípios do interior. A nova redação, de acordo com Lobão,

permite que pequenas empresas possam ganhar tempo no processo de adequação às exigências do poder público.

Ao mesmo tempo, as pequenas usinas obtêm, pelo projeto, direito de recorrer a meios alternativos para o controle quantitativo da produção no

caso de quebras dos equipamentos de registro.

## Pequeno produtor

O PLV garantiu também ao pequeno produtor, no âmbito do Pronaf, a possibilidade de ter financiamentos sucessivos para duas safras no ano, o que, segundo Lobão, “dará novo fô-

lego à agricultura familiar”.

## Alíquotas

Com o objetivo de superar as incertezas quanto aos investimentos necessários ao programa, o projeto aprovado determina que a elevação de alíquotas de PIS/Pasep e Cofins só pode ser estendida aos empresários já estabelecidos após o sexto ano a partir da publicação do ato.

Pelo projeto, o governo fica proibido de fixar alíquotas sobre o biodiesel maiores do que as aplicadas ao diesel de origem mineral. Atualmente, o total de impostos incidentes sobre o diesel chega a R\$ 218,00 por metro cúbico. O nome da Agência Nacional de Petróleo muda para Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Em virtude das modificações, a matéria voltará a ser apreciada pela Câmara.

Pelas metas do governo, dentro de no máximo três anos o Brasil poderá estar produzindo até 800 milhões de litros de biodiesel por ano.

## Parlamentares apontam vantagens de energia alternativa

Vários senadores ocuparam a tribuna para debater o projeto do biodiesel. Todos eles ressaltaram a importância de se adotar no país um novo projeto de geração de energia alternativa, aproveitando os recursos naturais disponíveis e abrindo novas fronteiras para a agricultura e para o mercado de trabalho, sobretudo nas regiões economicamente deprimidas, com destaque para o Nordeste.

Flávio Arns (PT-PR) ressaltou aspectos de “inconstitucionalidade” da medida provisória. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) denunciou que as MPs em pauta na Casa incorporam em seus textos disposições que não guardam nenhuma relação direta com o tema principal de cada matéria.

O líder do PFL, José Agripino (RN), disse que a MP deixava de lado a questão da cumulatividade de impostos.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto (AM), lembrou que coube ao PMDB, no Senado, à época do governo Fernando Henrique, formular a Emenda Constitucional 09, proibindo que se legislasse sobre monopólio do petróleo por meio de medida provisória.

Ao contestar os líderes da oposição, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) informou que o então presidente Fernando Henrique também editou medida provisória dispondo sobre a natureza da Agência Nacional de Petróleo. Osmar Dias (PDT-PR)

lembrou que, no futuro, o biodiesel pode se converter em espaço para garantir a estabilidade da produção de soja, hoje muito prejudicada pela oscilação de preços no mercado internacional.

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) registrou que outros projetos sobre o tema tramitam no Congresso. Hélio Costa (PMDB-MG) classificou a dinamização do programa como “uma verdadeira revolução”.

Jonas Pinheiro (PFL-MT) afirmou que

votaria a favor do projeto. Alberto Silva (PMDB-PI) destacou sua participação nas pesquisas sobre biodiesel no país, iniciadas há 30 anos.

## Importância

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ressaltou a importância econômica e ambiental associada à produção do biodiesel. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apoiou o projeto, com ressalvas à MP. Heloisa Helena (PSOL-AL) disse que é preciso definir um preço mínimo para o litro do combustível. Heráclito Fortes (PFL-PI) cobrou mais incentivos aos pequenos produtores.

Para Leomar Quintanilha (PMDB-TO), o biodiesel é “um dos maiores e mais importantes programas sociais do Brasil”. Segundo Lúcia Vânia (PSDB-GO), o projeto aprovado corrigiu falhas “gritantes” da MP editada pelo governo.

Marcelo Crivella (PL-RJ) afirmou que o projeto do biodiesel foi “muito feliz ao beneficiar o semi-árido”. Patrícia Sabóia (PPS-CE) sustentou que o programa promoverá “uma verdadeira revolução no semi-árido” do Nordeste e na região Norte. Sibá Machado (PT-AC) ressaltou os esforços dos pesquisadores.

Ney Suassuna (PMDB-PB) disse acreditar que os incentivos fiscais significam uma “esperança” para os agricultores do Nordeste. Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) advertiu que o programa do biodiesel poderá se transformar em “um fome zero da energia com muito foguetório e marketing e poucos resultados concretos”. Rodolpho Tourinho (PFL-BA) sugeriu ao governo federal que eleja o Ministério de Minas e Energia para coordenar o programa.



**INTERESSE** Programa foi debatido por grande número de senadores, que destacaram benefícios do biodiesel

Márcia Kalume



**RESULTADO** Heráclito, entre José Fantine (E), cuja indicação foi recusada, e Victor Martins, preside reunião da CI

## Infra-Estrutura rejeita indicação para a ANP

■ Decisão é inédita em comissão do Senado. Há dois anos, Plenário também rejeitou nome para agência

Em decisão inédita, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) do Senado rejeitou ontem a indicação, pelo Executivo, do nome do engenheiro José Fantine para a diretoria geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A decisão do colegiado ocorreu pouco antes de o Plenário iniciar a discussão da chamada MP do Biodiesel, alterada mediante projeto de lei de conversão.

A indicação de José Fantine foi rejeitada por 12 votos a 11. Outro indicado para compor a diretoria da ANP, o engenheiro Victor de Souza Martins, recebeu aprovação por 20 votos a 3. Ambos foram escolhidos pela ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, e submetidos a sabatina na comissão antes da votação.

Essa é a segunda vez que o nome de um indicado para a Agência Nacional de Petróleo é rejeitado na Casa, e a primeira em que isso ocorre no âmbito da comissão. Em 2003, Luiz Alfredo Salomão foi rejeitado pelo Plenário, que não aceitou seu nome para uma das diretorias daquela agência.

Na mesma reunião, a CI aprovou requerimento de autoria do seu presidente, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), pedindo o comparecimento, a audiência pública no colegiado, do diretor da ANP, para oferecer esclarecimentos sobre os problemas relacionados à agência.

Outro requerimento aprovado, de iniciativa do senador César Borges (PFL-BA), solicita audiência pública para discutir a questão do saneamento no país. Deverão estar presentes o ministro das Cidades, Olívio Dutra; o presidente da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais, Vitor Fernando Bertini; e o presidente do Fórum Nacional de Secretários de Saneamento, Frederico Antunes.

### Plenário pode reverter decisão, afirma Delcídio

O líder do PT, senador Delcídio Amaral (MS), lamentou a rejeição do nome do engenheiro José Fantine para a diretoria da Agência Nacional de Petróleo, em votação na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. No entanto, disse que ainda há possibilidade de mudar, em Plenário, a decisão do colegiado.

Segundo Delcídio, Fantine “é um dos melhores quadros da área no Brasil”. O senador afirmou que o governo tinha votos suficientes na comissão para aprovar o nome do engenheiro e que parlamentares da base governista contribuíram para que a indicação não fosse aprovada.

– Possivelmente há alguma insatisfação com a reforma ministerial – declarou.

## Comissão para a reforma orçamentária tem mais prazo

Para que a agilidade não comprometa uma discussão mais profunda sobre as novas regras de tramitação dos orçamentos federais, a comissão mista temporária que analisa a reformulação do processo orçamentário obteve sinal verde dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Severino Cavalcanti, para prorrogar os seus trabalhos até 13 de maio. O prazo inicial era 28 de abril.

Os principais pontos da minuta que deve mudar a Resolução nº 1 do Congresso Nacional, que disciplina o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento (CMO), o exame e a votação das leis orçamentárias, foram apresentados ontem aos presidentes das duas Casas, que não fizeram qualquer objeção.

### Emendas

Um cronograma para o desenvolvimento dos trabalhos da comissão ficou acertado nos dois encontros. O relatório do deputado Ricardo Barros (PP-PR) deve ser finalizado hoje, sendo então aberto o prazo para emendas. Barros pretende aceitar pedidos de modificação do seu relatório até a próxima quarta-feira, como forma, segundo ele, de apressar o engajamento dos senadores na discussão.

Amanhã, como ficou combinado com Severino, haverá uma reunião às 10h com os líderes partidários na Câmara para discussão da minuta. A apresentação da proposta aos líderes dos partidos no Senado só ocorrerá no dia 20, de acordo com o senador Fernando Bezerra (PTB-RN), que preside a comissão mista temporária. Barros lembrou que no dia 19

será a vez de discutir a minuta do que poderá ser a nova resolução com o ministro do Planejamento, o deputado licenciado Paulo Bernardo.

As alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) também devem ser discutidas pela comissão mista temporária. Ricardo Barros explicou que há medidas contidas na minuta da nova resolução que se complementam com a LDO, como o direcionamento das emendas individuais aos programas prioritários selecionados pelo relator-geral no seu parecer preliminar. “Esses programas não poderão ser contingenciados”, propôs Barros. Para tanto, a proibição precisaria estar expressa na LDO.

### Obras inacabadas

Fernando Bezerra adiantou que Renan Calheiros pretende designar comissão para retomar a avaliação sobre as obras inacabadas. O presidente do Senado mostrou-se preocupado, durante a reunião, com o desperdício de recursos federais. Ele foi informado de que as bancadas terão que assumir compromisso de apresentar emendas plurianuais que assegurem a conclusão das obras prioritárias.

No encontro com Severino, o relator solicitou que seja concedido prazo até o fim do ano para a segunda fase dos trabalhos da comissão, quando serão discutidas as mudanças constitucionais e outras medidas de fôlego, como a regulamentação de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Também pediu ao presidente da Câmara que agilize a escolha do novo dirigente da CMO, que era presidida por Paulo Bernardo.

## Economistas debatem recriação da Sudene

O economista Paulo Haddad, ex-ministro do Planejamento e da Fazenda, sugeriu ontem, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), que a nova Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) tenha poder supraministerial e seja vinculada diretamente à Presidência da República. A comissão, presidida pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), discutiu em audiência pública o projeto de recriação da autarquia. Também participaram como

expositores o economista e professor Nilson Holanda, e o ex-superintendente da Sudene Walfrido Salmito.

Haddad é contra a recriação da Sudene nos termos do projeto. Ele explicou que a conjuntura política brasileira atual é diferente da época em que a Sudene foi instituída. Com a Constituição de 1988, como lembrou, houve o fortalecimento político dos estados e municípios.

Para Nilson Holanda, a simples restauração da Sudene não

obterá sucesso. Ele defendeu a criação de uma autarquia com função reguladora, de planejamento, e dotação mínima de recursos para incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento.

Walfrido Salmito elogiou a reconstituição, conforme propõe o substitutivo, de um conselho deliberativo comandado pelos 11 governadores dos estados da área de atuação da superintendência.

Participaram dos debates os senadores Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), Sérgio Guerra



**FORTALECIMENTO** Paulo Haddad (D), ao lado de Jereissati, sugere que órgão tenha mais poderes e seja vinculado diretamente à Presidência da República

(PSDB-PE), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que é o relator do projeto, César Bor-

ges (PFL-BA), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Mão Santa (PMDB-PI).

Moreira Mariz

## Comissão sobre reforma da Justiça

Por 19 votos a favor e nenhum contrário, a Comissão Especial Mista da Reforma do Judiciário elegeu ontem o deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP) para presidente do colegiado e a deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP) para vice-presidente. O senador José Jorge (PFL-PE) deverá ser escolhido relator, na próxima reunião da comissão, marcada para quarta-feira.

Integrado por deputados e senadores, o colegiado terá 180 dias para elaborar projetos de lei necessários à regulamentação da Emenda Constitucional 45, que institui a reforma daquele Poder. A comissão deverá sugerir ainda mudanças na legislação infraconstitucional, com vistas a ampliar o acesso à Justiça e promover maior celeridade na prestação de serviços pelo Poder Judiciário.

A comissão especial, instalada no último dia 5, deverá analisar também propostas de alteração do Código de Processo Civil enviadas pelo Ministério da Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal. Um dos projetos (PLC 94/02) pretende institucionalizar a mediação entre partes em litígio. Por ser de caráter obrigatório, o mecanismo pode ajudar a solucionar conflitos e a reduzir o número de ações que hoje abarrotam as prateleiras do Judiciário.

## Renan Calheiros recebe Fonteles

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem, em seu gabinete, o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, que veio conversar a respeito de projeto de lei que trata da indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público. Segundo Fonteles, o objetivo da proposta, que já tramita na Câmara, é democratizar os mecanismos da escolha, que seria iniciada pela própria classe dos procuradores.

O projeto visa regulamentar o artigo 45 da Constituição, que determina a formação do conselho, com representação dos quatro ramos do Ministério Público.

Fonteles compareceu à audiência acompanhado dos procuradores-gerais Maria Ester Henriques Tavares, do Ministério Público Militar; Sandra Lia Simon, do Trabalho; e Rogério Schiatti Machado Cruz, do Distrito Federal e Territórios.

O procurador-geral disse que não vai se pronunciar sobre as denúncias contra o ministro da Previdência, Romero Jucá, antes de ter todos os elementos em mãos. O procurador assegurou nunca ter recebido pressões do governo com relação aos assuntos que chegam ao seu gabinete.



ALCANCE Jereissati (à direita, conversando com Patrícia Saboya e Azeredo) incluiu no parecer outras dívidas tributárias

# Empresa em recuperação poderá parcelar tributos

Medida que aperfeiçoa Lei de Falências permite quitação de débito em até 84 meses, no caso de microempresa

Projeto que permite o parcelamento de débitos tributários de devedores em recuperação judicial foi aprovado ontem, por unanimidade, pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE). De iniciativa do senador Fernando Bezerra (PTB-RN), a proposta recebeu substitutivo de Tasso Jereissati (PSDB-CE) e será submetida a turno suplementar de votação no colegiado.

A proposta original (PLS 245/04) de Bezerra autorizava o parcelamento de débitos junto à Secretaria de Receita Federal (SRF), ao Instituto Nacional

do Seguro Social (INSS) e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) por meio de comprovação do deferimento do processamento da recuperação judicial.

Mediante o substitutivo de Jereissati, foram incluídos, no parcelamento, débitos junto à Secretaria da Receita Previdenciária, com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), dívida ambiental com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), bem como débitos tributários com pessoas jurídicas de direito público interno, tais como União, estados, municípios, Distrito Federal e respectivas autarquias e fundações.

O substitutivo prevê parcelamento em 72 meses, sendo que, tratando-se de empresas de pequeno porte, com faturamento

anual de até R\$ 2,2 milhões, o prazo pode ser de 84 meses.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu a aprovação do projeto, por entender que se trata de aperfeiçoamento da Lei de Falências, sancionada recentemente. Ela ressaltou, ainda, a importância do artigo 9º, segundo o qual a falta de pagamento de duas prestações, ou a decretação da falência, implicará imediata rescisão do parcelamento e, conforme o caso, a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, vedado, em qualquer caso, o parcelamento.

O projeto tramita na CAE em decisão terminativa, o que dispensa a votação em Plenário, a menos que haja recurso de um décimo dos senadores (nove) no prazo máximo de cinco dias úteis.

## Anunciados integrantes de subcomissão para municípios

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), anunciou ontem os nomes dos parlamentares que integrarão a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, criada por requerimento de sua autoria.

O parlamentar informou que a subcomissão será instalada no próximo dia 26 de abril, com a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros, quando serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado. Disse ainda que será inaugurado, na TV e na Rádio Senado, programa de um minuto diário, intitulado *Minuto Municipalista*.

A subcomissão terá nove titulares e nove suplentes. Pelo bloco da Minoridade, integrarão o colegiado, na condição de titulares, Heráclito Fortes (PFL-PI), José Jorge (PFL-PE), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Como suplentes, César Borges (PFL-BA), Jonas Pinheiro (PFL-MT), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Do PMDB, que faz parte da base de apoio ao governo, integrarão a subcomissão, como titulares, Mão Santa (PI) e Valdir Raupp (RO), e suplentes, Garibaldi Alves (RN) e Hélio Costa (MG). Do bloco de apoio ao governo, participarão Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Sibá Ma-



INSTALAÇÃO Novo colegiado, criado por requerimento de Luiz Otávio, começa a funcionar no dia 26

chado (PT-AC). Faltam agora ser indicados um titular e um suplente do PMDB ou do bloco da base do governo.

Afirmado que órgão resultou de sugestão de Renan Calheiros, Heráclito Fortes considerou oportuna a iniciativa de instalar-se o colegiado voltado para questões relativas aos mais de 5 mil municípios brasileiros.

## Termo aditivo para privatizar o BEC

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou parecer do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) favorável a autorização para o governo do Ceará contratar o Terceiro Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, celebrado por aquele estado com a União, com a intervenção do Banco do Estado do Ceará (BEC), da Caixa Econômica Federal e do Banco Central.

Na mesma reunião, foi aprovado requerimento das senadoras Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Serys Silessarenko (PT-MT) para a realização de audiência pública sobre o assunto. Serão convidados para a audiência, entre outros, procuradores da República e do estado do Ceará, representantes da União, do Banco Central, do Banco do Estado do Ceará, do sindicato dos bancários daquele estado e o presidente da associação de funcionários do banco estadual.

A votação da matéria suscitou longo debate, porque o Ministério Público Federal no estado quer suspender o processo de privatização do BEC, alegando que existe um erro no edital de licitação, que condiciona a própria validade do edital à aprovação pelo Senado desse termo aditivo. Aquela Procuradoria alega ser necessário primeiro que o Senado delibere sobre a aprovação ou não do aditivo previsto no edital de pré-qualificação.

Eduardo Azeredo afirmou contudo que o termo aditivo aprovado define prazo adicional de 12 meses para a privatização do Banco do Estado do Ceará, com a qual se compromete a União.

## Mudanças no Regimento Interno

O Senado poderá ter uma comissão específica para analisar todos os projetos de resolução de reforma do Regimento Interno. Requerimento de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), vice-presidente da Casa, está na ordem do dia e será votado assim que a pauta do Plenário for liberada.

Pela proposta, apresentada no dia 25 de fevereiro deste ano, a comissão será composta por cinco membros, e no prazo de 60 dias terá que apresentar substitutivo de reforma do regimento, consolidando os projetos de resolução em tramitação na Casa.

Segundo a assessoria do senador, cerca de 40 projetos de resolução prevendo alterações do regimento tramitam na Casa. Pela proposta de Viana, todas essas matérias deverão ser encaminhadas à comissão, que se encarregará de elaborar substitutivo.

## Virgílio protesta contra suposto apoio do governo à Transbrasil

O senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) protestou ontem em Plenário contra o suposto apoio do governo Lula à união entre a Transbrasil e a Ocean Air para

criação de uma empresa aérea de transporte de cargas com a marca Transbrasil. A denúncia foi tema do artigo "Um negócio que cheira mal, muito mal", veiculado no *blog*

do jornalista Ricardo Noblat na Internet.

– A operação "salvação da Transbrasil" não passa na consciência nacional ou na do Congresso.

Arthur Virgílio advertiu o governo de que, se houver qualquer má intenção nesse sentido, é melhor que ela morra no nascedouro. "A oposição não vai compactuar com

prejuízo à coisa pública", sustentou, ao lembrar que a CPI do Banestado constatou, durante seus trabalhos, desvio de US\$ 100 milhões pela falida Transbrasil.



**ESTRANHEZA** "Não adianta reduzir o preço das passagens e aumentar tarifas", diz Pavan

### Pavan critica tarifas da Infraero

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) criticou o aumento das tarifas cobradas pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), estatal que administra os aeroportos do país. Ele disse que o governo estuda o reajuste, apesar de ainda não haver consenso entre as áreas econômica e operacional. Pavan alegou que esse aumento pode prejudicar o turismo interno, contrariando os projetos do Ministério do Turismo.

Pavan relatou conversa com o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, em que ele teria afirmado a intenção de realizar um acordo com as empresas aéreas para baixar os preços das passagens.

– Não adianta reduzir o preço das passagens e majorar as tarifas – ponderou o senador, acrescentando que, em fevereiro, as tarifas cobradas pela empresa foram reajustadas em 26%, após oito anos de congelamento.

Leonel Pavan elogiou Carlos Wilson, presidente da Infraero, mas, por outro lado, protestou contra a desatenção da empresa ao Aeroporto Internacional de Navegantes, em Santa Catarina. O parlamentar alegou que, embora tenha sido reformado recentemente, o aeroporto sofre com goteiras.

Em aparte, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) criticou a Infraero pelo volume de propaganda veiculada.

– A Infraero não precisa de propaganda, pois ela não tem concorrência – argumentou o senador por Pernambuco.

## Alvaro afirma que transporte vive estado de "abandono"

■ Para senador, paralisia do poder público levou 18,8 mil quilômetros de rodovias a condições lastimáveis

Alvaro Dias (PSDB-PR) denunciou o "estado de abandono" em que se encontra o sistema de transporte no Brasil, em virtude da "escassez de investimentos" por parte do governo federal. Para o senador, a situação mais grave recai sobre o transporte rodoviário.

Ao recorrer a dados divulgados recentemente pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Alvaro Dias assegurou que, dos R\$ 22,4 bilhões arrecadados pela Contribuição de Intervenção no



**DESCOMPASSO** Alvaro: só se aplicaram R\$ 4,2 bi dos R\$ 22,4 bi arrecadados

Domínio Econômico (Cide), o governo investiu no setor, até o início de abril, apenas R\$ 4,2 bilhões. O resultado da paralisia do poder público, também de acordo com o senador, levou a condições lastimáveis de uso 18,8 mil quilômetros de

estradas, "quatro vezes a distância entre Manaus, no Norte, e Porto Alegre, no Sul". Só 30% da malha rodoviária nacional, segundo Alvaro Dias, podem ser considerados de boa qualidade.

O senador se baseou em reportagem apresentada no *Jornal Nacional*, da TV Globo, de segunda-feira, para afirmar que os recursos previstos para as estradas estão sendo utilizados para financiar o superávit primário projetado pelo Ministério da Fazenda e para confeccionar "brindes, saboneteiras, xícaras e bandeiras".

Ele ainda congratulou os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito da Reforma Agrária, da Assembleia Legislativa do Paraná, cujos trabalhos foram encerrados recentemente.

### Osmar Dias cobra término da BR-153 no Paraná

Apelo para que o governo assegure, ainda neste ano, o início das obras do trecho paranaense da BR-153, conhecida como Rodovia Transbrasiliana, foi formulado por Osmar Dias (PDT-PR). O senador informou que lideranças da agricultura e da indústria, assim como representantes da comunidade, terão audiência, na próxima terça-feira, com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, que é do Paraná, para garantir os R\$ 53 milhões pleiteados

para a conclusão da obra.

Segundo Osmar Dias, desde 1990, os paranaenses esperam o término da rodovia, em um trecho que abrange apenas 90 quilômetros do estado, que vai de Ventania a Alto do Amparo. Ele assinalou a importância para o escoamento da produção da BR-153, denominada também Belém-Brasília, que atravessa vários estados e termina no Rio Grande do Sul. O senador lembrou o compromisso de campanha do presidente Lula



**PROMESSA** Osmar lembra compromisso de campanha do presidente Lula

com a obra.

– É vergonhoso que uma região com altíssima produtividade seja servida por uma rodovia como essa, repleta de lama ou poeira.

### Motta quer isentar de tributo obra de infra-estrutura

A situação precária das rodovias e dos portos brasileiros levou o senador João Batista Motta (PMDB-ES) a elaborar proposta de emenda à Constituição (PEC) para ampliar os investimentos em infra-estrutura no país. Sua idéia é isentar essas obras de todos os tributos.

– Não tem cabimento o governo ir a um banco internacional apanhar US\$ 1 bilhão para investir em obra de infra-estrutura e ter de destinar US\$ 370 milhões para os cofres públicos na forma de tributos, a serem gastos aleatoriamente.

A preocupação de Motta, no en-



**PROPOSTA** Motta sugere mais tributos para exportação sem valor agregado

tanto, não se resumiu à captação de mais verbas para infra-estrutura. Ao apresentar sua sugestão

ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que a teria elogiado, o senador ofereceu uma forma de compensação das perdas com a isenção tributária.

O representante capixaba propôs que sejam cobrados mais tributos dos setores que exportam produtos sem beneficiamento ou valor agregado, como ouro em barra e blocos de granito.

O benefício tributário, conforme Motta, deveria vigorar por dez anos. Em aparte, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) considerou a proposta "criativa e oportuna".



**LIBERAÇÃO** Para Crivella, Banco Central pode estar discriminando funcionários

### Crivella pede explicação ao Banco Central

Depois de receber denúncias de que diretores do Banco Central (BC) responsáveis pela liberação de funcionários para cursarem pós-graduação estariam discriminando servidores que concluíram Economia em universidades como a Unicamp, a Universidade Federal Fluminense e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, por razões ideológicas, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) requereu à Mesa que encaminhe ofício à presidência do BC para que esclareça o assunto.

No documento, é solicitada a relação dos candidatos à licença para realização de cursos de pós-graduação nos últimos cinco anos, com os resultados dos pedidos, as respectivas universidades e sua pontuação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), bem como a justificativa da eliminação de candidatos. Também é solicitado o motivo de, na exclusão de um candidato, ter sido atribuído o conceito de "qualidade mediana do curso" à Universidade Federal Fluminense.

Crivella disse que os funcionários do BC que se candidatam à liberação temporária do serviço para realizarem cursos de pós-graduação escolhem, previamente, as universidades onde farão o curso. Se aprovados, requerem a licença, e o BC tem, em seus estatutos, critérios objetivos para orientar a decisão.

Geraldo Magela



**DENÚNCIA** Mesquita Júnior diz estar sofrendo pressões por ter se filiado ao partido

## Mesquita Júnior anuncia evento do PSOL

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) informou em Plenário que seu partido será oficialmente lançado no Acre, na próxima segunda-feira, em solenidade que ocorrerá na capital, Rio Branco. Mesquita Júnior afirmou estar se sentindo pressionado por adversários após se filiar à legenda, mas assegurou que não sairá da cena política.

– Quero prevenir que alguma coisa pode ser armada contra mim, pois há pessoas que operam na política com instinto ruim. Temo que me façam acusações infundadas – advertiu ele, que recentemente foi acusado de empregar parentes em seu gabinete. Ele revelou ter recebido informações anônimas de nepotismo, mas afirmou que não pretende divulgá-las.

Mesquita Júnior filiou-se ao Partido Socialismo e Liberdade em março. A legenda foi fundada pela senadora Heloísa Helena (AL) e pelos deputados Luciana Genro (RS) e Babá (PA), que foram expulsos do PT em 2003. O senador enfatizou que a sua filiação ao partido deve-se às suas divergências de opinião em relação às políticas estadual e federal.

O senador anunciou que o lançamento oficial do PSOL no Acre será no dia 18, às 19h, com a presença da senadora Heloísa Helena. Mesquita Júnior adiantou que, durante o evento, serão colhidas assinaturas com o intuito de conseguir, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, o registro oficial do partido.

# Mercadante exalta diálogo e entendimento com oposição

■ Ele destaca harmonia na delegação brasileira aos funerais do Papa, que reuniu ex-presidentes e chefes dos três Poderes

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), declarou esperar que a presença de ex-presidentes e dos chefes dos três Poderes, juntos, no funeral do papa João Paulo II sirva como exemplo para um novo relacionamento entre oposição e governo.

O senador se disse honrado por ter feito parte da comitiva brasileira. Para ele, a representação do Brasil simbolizava a nação, e o cli-

Roosevelt Pinheiro



**TROCAS** Redemocratização admite convivência plural, afirma Mercadante

ma de harmonia que se estabeleceu entre os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, José Sarney e Itamar Franco e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva engrandece o

Brasil. Nesse sentido, Aloizio Mercadante chamou a atenção para o fato de que o processo de redemocratização admite essa convivência plural.

O parlamentar revelou ainda que o presidente da França, Jacques Chirac, disse que em seu país esse clima de harmonia entre lideranças diversas não seria possível e o ex-primeiro-ministro de Portugal, hoje presidente da União Européia, Durão Barroso, também manifestou admiração pelo clima de harmonia na delegação brasileira.

– Devíamos olhar esse gesto como um sinal de que precisamos marcar nossas diferenças por aquilo que realmente é programático e ideológico – afirmou o senador.

## "José Dirceu perdeu o poder e não se conforma", diz Virgílio

O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, afirmou ontem que o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, “não se conforma de ter perdido poder” dentro do governo, desde o episódio Waldomiro Diniz, e continua dando “aval a ministros sobre os quais pesam acusações” e “tratando os adversários com deboche”.

– O ministro explica todas as enrascadas de outros ministros, mas não consegue explicar três coisas: o caso Waldomiro Diniz, a relação de

PT com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o caso Santo André. José Dirceu finge que ainda manda para continuar vivendo – disse ele.

Virgílio ironizou a possível alternativa política do ministro, que, observou, agora pode deixar o governo e voltar a ser o deputado “bisonho” que todos conheceram na Câmara. O senador afirmou que Dirceu nunca discursava e que ficaram conhecidas apenas duas de suas “ações pífiás” na Câmara: a convocação de

Roosevelt Pinheiro



**CRÍTICA** Para Virgílio, ministro “finge que manda para continuar vivendo”

plebiscitos para os eleitores decidirem se o Brasil deveria ou não pagar sua dívida externa e se o país deveria se integrar à Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

## Senadores do PMDB manifestam apoio a Jucá

O líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), leu ontem, em Plenário, nota encabeçada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e pelo seu antecessor, José Sarney ((PMDB-AP), em defesa da imagem do senador licenciado e ministro da Previdência, Romero Jucá. O ministro está sendo acusado pelo procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, de ter dado sete fazendas inexistentes como garantia a empréstimo contraído pela empresa Frangonorte junto ao Banco da Amazônia S. A. (Basa).

De acordo com o documento, os

Geraldo Magela



**SUPORTE** Líder do partido, Suassuna lê nota em defesa da imagem do ministro

integrantes da bancada “sentem-se no dever de refutar as acusações feitas contra o ministro, por serem

denúncias vazias, não baseadas em nenhuma prova”. Conforme a nota, os “ataques” teriam partido de adversários de Jucá em Roraima e seriam baseados em antigas acusações já esclarecidas.

Na nota, os senadores do PMDB dizem que a atuação de Jucá como senador e o fato de representar o partido no governo federal tornam o ministro merecedor da solidariedade de seus companheiros. Suassuna chegou a dizer, de voz própria, que o ministro está sendo vítima da “moda de acusar” que tomou conta do Brasil.



Célio Azeredo

**DÚVIDA** Azeredo questiona o Ministério da Defesa sobre autonomia da aeronave

## Azeredo indaga sobre avião da Presidência

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) encaminhou ontem à Mesa do Senado requerimento de informações ao Ministério da Defesa a respeito da autonomia de voo do *Airbus Corporate Jetliner* que pertence à Presidência da República. Segundo explicou, durante o voo presidencial a Roma para o funeral do papa João Paulo II, a aeronave fez escalas em Natal (RN) e Recife (PE), fato questionável em virtude de que um dos motivos apresentados pelo Poder Executivo para a compra desse avião era sua grande autonomia.

– Na época da compra do novo avião da Presidência, foi oferecido ao governo, pela metade do preço, um avião de autonomia similar, da empresa brasileira Embraer – observou o parlamentar mineiro, lembrando que a aeronave custou ao Tesouro um total de US\$ 56,7 milhões.

### Medicamentos

Já o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), apresentou três requerimentos à Mesa. O primeiro deles pede detalhes a respeito da informação de que foram encontradas, no almoxarifado do Ministério da Saúde, 3,2 milhões de cápsulas de medicamentos contra a Aids com o prazo de validade vencido. Os outros dois requerimentos encaminhados por Arthur Virgílio, da mesma forma que os de Eduardo Azeredo, solicitam detalhes técnicos a respeito do avião presidencial.



Roosevelt Pinheiro

## Delcídio: acusações contra Meirelles envolvem fatos já esclarecidos

O líder do bloco de apoio ao governo no Senado, Delcídio Amaral (PT-MS) – foto –, opinou que o pedido de abertura de inquérito da Procuradoria Geral da República contra o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, contém apenas fatos já esclarecidos. Ele apresentou explicações

sobre três pontos: constituição de empresa *off shore*, suposta sonegação fiscal e participação de Meirelles em remessas de divisas ao exterior.

No que diz respeito à constituição de empresa *off shore* para pagamentos das despesas pessoais no Brasil, o senador destacou que essa prática

é comum nos Estados Unidos, onde Meirelles morava e recebia rendimentos à época que presidia o BankBoston. O parlamentar lembrou que o presidente do BC não tinha domicílio fiscal no Brasil, não tendo CPF e não podendo abrir contas no país.

Delcídio considerou natural o cresci-

mento dos rendimentos de Meirelles, uma vez que ele foi executivo do sétimo maior banco norte-americano.

Quanto ao suposto envio de remessas ao exterior, o senador explicou que, desde 1996, o presidente do Banco Central não participa de ato societário do BankBoston no Brasil.

# Benefícios para empresa que alfabetizar funcionário

Programa aprovado na CE institui selo "Empresa Formadora de Cidadania" e facilita crédito em banco oficial

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem, por unanimidade, relatório da senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) favorável a projeto que institui o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa (Pace). A proposta garante benefícios a empresas que ofereçam cursos de alfabetização a funcionários, no próprio local de trabalho.

De acordo com o texto, as empresas que aderirem ao Pace terão direito de usar o selo "Empresa Formadora de Cidadania" e terão ainda preferência na concessão de crédito por parte de instituições federais, como Caixa Econômica Federal e BNDES.

O projeto, de autoria do senador Paulo Octávio (PFL-DF), tem caráter terminativo. Nesse caso, segue para exame da



Geraltio Magela

**AMPLIAÇÃO** Proposta de Paulo Octávio, voltada à construção civil, foi estendida a outros setores

Câmara, só sendo analisado pelo Plenário do Senado se houver pedido de pelo menos nove senadores. O projeto original de Paulo Octávio previa o Pace apenas para empresas de construção civil, mas emenda da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) estendeu o programa a todos os setores empresariais.

Os senadores Paulo Paim (PT-RS), Leonel Pavan (PSDB-SC) e Hélio Costa (PMDB-MG) elogiaram a iniciativa. Flávio

Arns (PT-PR) se disse favorável, mas questionou a autorização para que o selo a ser concedido às empresas mencione responsabilidade social, uma vez que a empresa recebe como contrapartida facilidade de acesso a crédito. Na opinião de Arns, responsabilidade social não tem contrapartida.

A CE também aprovou requerimento da senadora Fátima Cleide (PT-RO) determinando a realização de audiência pública para discutir a educação indígena. Foi decidido o adiamento da votação do projeto (PLS 252/99) de Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que altera legislação do salário-educação.

Foi aprovado ainda requerimento do senador Wirlande da Luz (PMDB-RR) para realização de audiência pública com Nélio José Nicolai, criador do identificador de chamadas telefônicas. Wirlande explicou que Nicolai corre o risco de perder a patente mundial do produto e que as empresas de telecomunicações se recusam a pagar ao inventor mineiro os *royalties* devidos.

## Educação questiona Tarso Genro sobre desvio no FNDE

A Comissão de Educação (CE) também aprovou requerimento de informações a ser encaminhado ao ministro da Educação, Tarso Genro, para que explique o erro contábil que acarretou o desvio de R\$ 3,3 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as entidades dos serviços sociais autônomos (Sesi, Senai e Senac). O pedido é de autoria do presidente da comissão, senador Hélio Costa (PMDB-MG), e foi elaborado com base em matéria publicada na edição de 29 de março do jornal *O Globo*.

O colegiado pretende esclarecer qual foi o órgão do governo que identificou o erro e se a distorção foi apurada por meio de verificação rotineira ou por denúncia. O requerimento também questiona se o Ministério da Educação (MEC) fará auditoria nas contas referentes aos recursos, no período em que ocorreram os desvios. De



Roosevelt Pinheiro

**EXPLICAÇÃO** Requerimento de informações foi apresentado por Hélio Costa, presidente da CE

acordo com Hélio Costa, o ministro teria afirmado que as distorções já foram corrigidas, mas ainda falta contabilizar o quanto cada estado deixou de receber do FNDE.

Embora tenha votado favoravelmente ao requerimento, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu a realização de audiência pública sobre o tema, caso as informações a serem encaminhadas por Tarso Genro não esclareçam a questão.

## SAÚDE



Roosevelt Pinheiro

**ERRO** "Um debate dessa magnitude não pode ser tratado com piadinhas e achincalhe", protesta Ideli

## Ideli defende discussão sobre regras para entrada em UTI

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) elogiou a atitude do Ministro da Saúde, Humberto Costa, que propôs que se estabeleçam critérios, regras e parâmetros para utilização das unidades de terapia intensiva (UTIs). Ideli criticou manchetes de jornais e comentários de outros senadores, que estariam desqualificando a reflexão proposta pelo ministro.

– Um debate dessa magnitude não pode ser tratado com piadinhas, com disputa políti-

co-partidária, com achincalhe – alertou.

A discussão sobre o prolongamento artificial da vida, como lembrou a senadora, ganhou relevância há algumas semanas com a morte da norte-americana Terri Schiavo, que teve desligados os aparelhos que a mantinham viva após passar 15 anos em coma.

A afirmação de que o governo Luiz Inácio Lula da Silva estaria querendo decidir sobre quem morre e quem não morre não é verdadeira, segundo a senadora por Santa Catarina.

– Os médicos sofrem muita pressão da família do doente para interná-lo na UTI, mesmo diante de um prognóstico de que a doença é incurável. Portanto, ter um protocolo, com parâmetros, é a forma de dar garantia, segurança e respaldo aos profissionais na hora da difícil decisão, que vai continuar sendo dos médicos, não do governo – enfatizou a parlamentar.

Ideli frisou que os critérios que irão compor a nova política para pacientes críticos vão passar pelo crivo dos secretários municipais e estaduais de Saúde e pelo Conselho Nacional de Saúde.

## José Jorge reprova critérios anunciados pelo ministério

O senador José Jorge (PFL-PE) criticou ontem a nova política anunciada pelo Ministério da Saúde que visa determinar critérios de entrada e saída nas unidades de terapia intensiva (UTIs) do país.

– Em vez de um médico decidir quando um paciente deve ir para a UTI, isso será feito por um burocrata do governo, possivelmente do próprio PT. Se a pessoa tiver poucas chances de sobreviver, de acordo com o ministério, ela não poderá entrar na unidade. Isso foge à lógica, à racionalidade. É como se estivéssemos implantando a pena de morte – afirmou.

No entanto, de acordo com o senador por Pernambuco, a sociedade está reagindo. A Associação Médica Brasileira,



Roosevelt Pinheiro

**DISCORDÂNCIA** Para José Jorge, a implantação da política para as UTIs será "como instituir a pena de morte"

por exemplo, teria declarado que os critérios adotados devem ser "humanísticos e científicos". Para o Conselho Federal de Medicina, de acordo com José Jorge, cabe ao médico e à família decidir o destino do paciente.

– Toda a sociedade, por meio de suas diversas instituições, está protestando contra essa medida burocrática, que prejudica a população e que deve, portanto, ser revogada – disse o parlamentar.



Roosevelt Pinheiro

**INSCRIÇÃO** Projeto de Marco Maciel aprovada pela CE segue para exame da Câmara dos Deputados

## Frei Caneca no Livro dos Heróis da Pátria

Projeto do senador Marco Maciel (PFL-PE) que inscreve o nome de Frei Caneca no *Livro dos Heróis da Pátria* (PLS 306/04) foi aprovado pela Comissão de Educação (CE). A matéria segue para exame da Câmara. Frei Caneca foi um dos heróis e idealizadores da Confederação do Equador, movimento revolucionário ocorrido em Pernambuco, em 1824.

A CE realiza hoje a segunda audiência pública sobre reforma universitária.